OS APORTES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL¹

Rosilene Marque Sobrinho de França;
Fátima Eugênia de Araújo Silva ²

RESUMO: O artigo apresenta uma discussão sobre as ações da vigilância socioassistencial no contexto das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, tendo como referência de análise a realidade de Teresina-PI. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, visando realizar o levantamento de informações para analisar o papel da vigilância socioassistencial em âmbito municipal, considerando seus aspectos conceituais, históricos e teóricos. Os resultados apontam os avanços e desafios do sistema de vigilância socioassistencial e sua importância para a visibilidade da situação dos indivíduos e famílias, usuários da política pública de assistência social, discutindo-se de que forma as informações produzidas por esse sistema contribuem para a tomada de decisões pelo órgão gestor.

Palavras-chave: Assistência Social. Controle Social. Vigilância Socioassistencial.

ABSTRACT: The article presents a discussion about the actions of social assistance surveillance in the context of the guidelines of the National Policy of Social Assistance, having as reference the reality of Teresina-PI. The methodology used was bibliographic and documentary research, aiming to carry out information gathering to analyze the role of social assistance surveillance at the municipal level, considering its conceptual, historical and theoretical aspects. The results show the advances and challenges of the social assistance surveillance system and its importance for the visibility of the situation of individuals and families, users of public social assistance policy, discussing how the information produced by this system contributes to the decision making. decisions by the managing body.

Keywords: Social assistance. Social Control. Social and Social Surveillance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma discussão a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que se concretizou como marco histórico para os movimentos que lutaram pela consolidação da Assistência Social como política pública de Estado e como direito dos cidadãos, dispondo que, compete ao poder público, organizar a

¹ Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Orientadora, Professora doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI); E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com;

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI-BRASIL). Email: fatimaeugenia.as@hotmail.com.

seguridade social, composta pela tríade de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. A partir desse marco legal, o Estado democrático brasileiro estabeleceu diretrizes para a consolidação dos direitos aos mínimos sociais, garantidos, posteriormente, pela Lei Orgânica da Assistência social (LOAS)² em 1993.

Nesse contexto, o estudo aponta sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³, na perspectiva de integrar União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Sobre tudo com relação à PNAS que estabelece regras do pacto federativo, formas de adesão ao sistema, o financiamento da política e as funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos.

Nesse sentido, o artigo busca analisar a importância da vigilância sociassistencial para a gestão da política de Assistência Social na esfera municipal, examinando-se de que forma o referido sistema contribui para tomada de decisões.

O artigo está dividido em duas partes, a primeira parte aborda a implantação da vigilância socioassistencial no Brasil, em especial, a sua importância para a gestão municipal. Já na segunda reporta-se a relação entre o órgão gestor municipal e as informações produzidas pela vigilância socioassistencial, tendo-se como referência a realidade de Teresina-PI.

METODOLOGIA

O trabalho utiliza o método dialético, por meio de um estudo bibliográfico, visando analisar a importância da vigilância sociassistencial para a gestão da política de Assistência Social na esfera municipal, examinando-se de que forma o referido sistema contribui para tomada de decisões da gestão municipal.

² Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de junho de 2011.

³ O SUAS constitui-se numa forma de operacionalização da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação, em todo o território nacional.

A Vigilância Socioassistencial tem como competência a sistematização do estudo sobre as incidências de potencialidades, riscos e vulnerabilidades dos serviços ofertados pela rede no território, conforme a PNAS de 2004, dando contorno ao desenho institucional do atendimento aos indivíduos ou famílias que são os usuários da política de Assistência Social e no qual os serviços são destinados.

O estudo utilizou uma metodologia analítica e descritiva sobre o Sistema de Vigilância Socioassistencial na política Assistência e na relação Estado e sociedade, mostrando que os mecanismos que a vigilância produz venham contribuir para a melhor formação dos sujeitos políticos e do controle social, e para a qualificação dos serviços ofertados por essa política.

A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Integrante, junto com a Saúde e a Previdência na Política de Seguridade Social, a Política de Assistência Social insere suas ações na lógica do direito assumindo o caráter de política de proteção social articulada a outras políticas sociais, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Desde logo, sobre o conceito de seguridade social foram ampliadas as concepções e operações relativas à previdência, saúde e assistência social: além de se registrar de modo detalhado o financiamento da área, que deverá mesmo ser apoiado em um orçamento único, a redefinição dos planos e benefícios e as proposições sobre as formas de organização apontam inequivocamente para um patamar bastante elevado de universalização do acesso àqueles três áreas (DRAIBE, 1989, p.30).

No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a oferta de serviços ocorre em duas modalidades: a Proteção Social Básica, voltada para o atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e, a Proteção Social Especial, para o atendimento às situações de risco e de violações de direitos dos diversos segmentos e grupos sociais.

No âmbito técnico-operacional a gestão do SUAS é realizada a partir das ações de planejamento, regulação, gestão do trabalho, vigilância assistencial, bem como de monitoramento e de avaliação.

Nesse contexto, cabe destacar também, a importância que tem os órgãos de controle social no contexto do SUAS, no sentido de deliberar sobre as ações a serem desenvolvidas pelos respectivos órgãos gestores, bem como de acompanhar a execução da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O ordenamento político-institucional democrático associado à seguridade social prevê a garantia da participação da sociedade civil, constituída conforme os parâmetros da LOAS de 1993.

O canal de participação legalmente constituído para o exercício da gestão democrática da política de assistência social é o Conselho Paritário. Este deverá organiza-se nas três esferas da federação (União, estado e município), cuja constituição reivindica a representação de organismos governamentais e de entidades da sociedade civil (CAMPOS; MACIEL, 1997, p.149).

Na América Latina e Brasil as ações participativas surgem ao mesmo tempo em que os governos nacionais deixam de ser modelos autoritários de Estado, passando a ser modelos democráticos. No Brasil, entre os anos 1980, concomitante ao processo de redemocratização do país há um notável crescimento e fortalecimento da sociedade civil organizada.

Diante desse cenário, o regime democrático não poderia abrir mão da representação da sociedade civil, fortalecida e ativa, visto que a “democratização brasileira não se limitou apenas ao processo de continuidade política”, mas nas “iniciativas populares” (AVRITZER, 2002, p. 572).

Os princípios acolhidos pela CF de 1988, entre eles, a participação e a descentralização, reafirmados nas normativas da Assistência Social, instauram efetivas possibilidades de ampliação dos espaços de participação na institucionalização e desenvolvimento da capacidade política aos cidadãos.

Isso se perfaz pelo controle social, compreendido como controle da sociedade sobre a ação do Estado, fomentados na sociedade brasileira no período da redemocratização da sociedade e materializado pela instalação dos conselhos nas três esferas de governo, ou seja, em âmbito nacional, estadual e municipal.

A configuração histórica da relação estado e sociedade civil como objeto de transformações políticas se dá num processo de democratização do país, em curso desde o final da década de 1980 que, conforme Dagnino (2002, p.120) se “expressam num duplo movimento: a revitalização da sociedade e a democratização da sociedade”. O artigo 204 da CF de 1988 e da LOAS, em seu artigo 6º, dispõe:

As ações na área de Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo constituído pelas entidades e organizações de Assistência Social (...) que articule meios, esforços, recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (LOAS, 1993).

O processo de redemocratização no Brasil foi uma conquista da sociedade, que se manifesta nos espaços como orçamento participativo, bem como nos fóruns e nos conselhos gestores, podendo ocorrer também na organização de usuários e de profissionais, dentre outros.

Vale ressaltar ainda, que mesmo na participação ativa, há diferenças qualitativas, pois, conforme Bordenave (2004, p. 23), o desafio desta é como tomamos parte dela, e não o quanto o fazemos. A participação constitui, portanto, “um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”.

A qualidade da participação vai refletir diretamente no controle social, quando se tratar do controle social democrático, no que se refere ao acompanhamento das políticas sociais públicas. Sem o primeiro, a existência do segundo é improvável. Como ressalta Boschetti (2001, p. 33),

O exercício do controle social depende do restabelecimento de relações descentralizadas entre as esferas governamentais, onde o exercício do poder local seja uma realidade e se efetive por meio dos diversos canais e mecanismos criados pela CF com tal fim (BOSCHETTI 2001, p.33).

A autora acrescenta ainda que, o controle democrático não assegura automaticamente a participação dos cidadãos no processo de construção coletiva da sociedade. Dessa forma, são imprescindíveis as contribuições da gestão para o efetivo desempenho do controle social, desde contribuições nos aspectos relacionados às

condições físicas e materiais, como também o incentivo à produção de conhecimentos que venham a fortalecer suas atribuições.

Logo, a participação e o controle social, tão reivindicados historicamente pelos movimentos sociais, tão almejados durante o período de regimes políticos não democráticos continuam sendo grandes desafios para os atores sociais inseridos no contexto das políticas sociais.

A RELAÇÃO ENTRE O ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL E AS INFORMAÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA GESTÃO DO SUAS: a experiência de Teresina-PI

As diretrizes constitucionais da descentralização político-administrativa e da participação democrática foram reforçadas no SUAS, determinando a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social (BRASIL, 2015b), contexto em que a vigilância socioassistencial foi implantada, tomando-se por parâmetros as normativas federais.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização (BRASIL, 2013, p.9).

Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial visa identificar as vulnerabilidades e riscos sociais das famílias, no sentido de conhecer o território, suas particularidades, suas fragilidades, bem como suas potencialidades, como evidencia Koga (2013, p.37):

Se o território de vivência possui peculiaridades, singularidades e dinâmicas próprias, acionadas e articuladas pelos diferentes atores sociais, sua configuração extrapola os limites da formalidade ou da institucionalidade estabelecida pelas políticas sociais, que, normalmente, regem sua atuação por meio de regras administrativas (KOGA, 2013, p.37).

O território enquanto espaço de vivências, apresenta um conjunto de relações que apontam fatores dinâmicos nos processos de inclusão e de exclusão social à medida que é nele que se expressa e se revela a vida dos sujeitos usuários da Política de Assistência Social. Ademais, isso se caracteriza pela incorporação de território, que ocorre por meio das relações e dinâmicas no interior deste, junto às pessoas e aos serviços públicos. Assim, os territórios podem ser considerados como tal, quando

pensados junto com a população, a partir do seu uso, como trata Milton Santos ao dizer:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000, p. 22).

Nesse contexto, a Vigilância Socioassistencial foi construída visando a produção de informações, a partir da identificação de demandas e dos níveis de cobertura ofertada, visando contribuir para a garantia da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, pois realiza os estudos sistemáticos territorializados.

Com a vigilância socioassistencial é possível a identificação e análise de aspectos relacionados aos usuários da política de Assistência Social, examinando-se as situações de fragilidade que afetam as famílias, buscando-se as possibilidades de intervenção.

Outro quesito importante é o monitoramento, que tem como propósito a coleta e a análise sistemática de informações, podendo contribuir incisivamente para operacionalização da política de Assistência Social, sendo de significativa aplicabilidade na execução e gestão.

É importante considerar que o sistema de vigilância socioassistencial se apresenta como um novo elemento da gestão da assistência social como política pública, e, “a grande novidade [...] é de instaurar a todo o território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania” (SPOSATI, 2006, p. 111).

Em suma, no exercício de Vigilância Socioassistencial cabe ao órgão gestor da política de Assistência Social a incorporação da base de dados do CadÚnico a de outras tecnologias da informação existentes no âmbito do município, como “ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica” (BRASIL, 2010, p. 78).

Ademais, é importante que as diretrizes e ações da vigilância socioassistencial estejam associadas aos planejamentos da política de Assistência Social e sejam inclusas nos planos orçamentários do município, retratando a realidade da política como ela de fato é produzida e se manifesta no território. Dessa forma,

Esse fluxo inicia-se na construção de um plano cuja elaboração exige apropriação da realidade do município e/ou do estado. Uma etapa necessária do plano é o diagnóstico sócio territorial, que, por sua vez, requer um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social das demandas sociais, de identificação da rede socioassistencial e de outras políticas públicas (...) (MARTINELLI, SILVA, SANTOS, 2015, p.106).

Nesse sentido, podemos destacar o quanto as informações sistematizadas pela vigilância socioassistencial possibilita a produção de informação e de indicadores sociais. Dessa forma, permite identificar demandas e analisar a cobertura dos serviços desenvolvidos pelo órgão público gestor da Assistência Social.

No município de Teresina, capital do Piauí, a vigilância socioassistencial foi implantada e normatizada em 2007, em conformidade com o regimento interno da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS)⁴, que em 2017 foi transformada na Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

Conforme o Regimento Interno de 2007, a referida secretaria é o órgão da administração direta, subordinado diretamente ao chefe do poder executivo municipal responsável pelo planejamento, coordenação e execução da assistência social, política de seguridade social, que afiança proteção social como direito de cidadania, preceituados nos Artigos 203 e 204 da Constituição Federal, regulamentadas pela Lei Federal 8.742/93(LOAS).

No referido documento consta as competências da vigilância socioassistencial de Teresina, instituída na seção IV, especificamente na subseção II, art. 10, que dispõe

⁴Art. 3º Os itens 4 e 7, do inciso III, do art. 2º (estrutura básica da Administração Direta), da Lei Complementar nº 2.959/2000, com alterações, passam a vigorar com as seguintes modificações, em especial, no tocante ao item 7, para alterar a nomenclatura da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social - SEMTCAS para "Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI":

sobre as competências da Coordenação Técnica de Vigilância Socioassistencial, subordinada diretamente à Gerência de Gestão do SUAS, com as seguintes competências:

Identificar os territórios de incidência de riscos no âmbito do município para subsidiar o planejamento e desenvolvimento de ações de prevenção e monitoramento de riscos, em articulação com as Gerências de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Identificar as características e dimensões das situações de precarização e violação de direitos que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar, em conjunto com as Gerências de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Assessorar a coleta, organização e sistematização dos dados e informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias /pessoas, nos diferentes ciclos de vida, em articulação com a Coordenação Técnica de Gestão da Informação e Dados; Contribuir na construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias /pessoas, nos diferentes ciclos de vida, em articulação com as Gerências de PSB e PSE (...) (REGULAÇÃO, 2007, p.08).

Outrossim, para a produção de informações a vigilância socioassistencial do município utiliza-se de sistemas disponibilizados pelo órgão gestor federal (Ministério da Cidadania, na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social), tais como o Registro Mensal de Atendimento (RMA), que quantifica e qualifica as ações desenvolvidas na execução direta entre a unidade e a população atendida nos vários níveis de complexidade.

Outra ferramenta de informação utilizada é o prontuário eletrônico simplificado, e o prontuário SUAS⁵.

O Prontuário Eletrônico permite identificar as formas de acesso da família usuária ao CRAS e CREAS. A intenção é historiar a forma como as famílias acessaram a unidade, o que possibilita à posteriori mapear e identificar a cobertura da rede prestadora de serviços (PRONTUÁRIO SUAS, 2017, p. 05).

O CadSUAS, por sua vez, é o sistema de cadastro nacional do SUAS, o qual contém dados da rede socioassistencial e dos trabalhadores do SUAS. Por sua vez, o Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social (CNEAS), visa realizar o

⁵Sistema online vinculado ao cadastro único, onde o número de identificação social tanto é castrado, como é possível munir todo histórico de vida dos indivíduos e suas famílias, como informações referentes a atendimento, a encaminhamento, atendimentos que a família auferiu na rede de atendimento.

monitoramento das entidades que atuam na Política de Assistência Social. Ainda conta-se com as ferramentas eletrônicas relativas ao Sistema de informações dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), que foi regulamento pela Resolução Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009.

O Censo SUAS instituído pelo Decreto 7.334/2010, se apresenta como um dos principais mecanismos de monitoramento da Assistência Social, visto que as informações produzidas permitem conhecer as perspectivas e desafios apresentados pelo conjunto de ações que perpassam a execução e a gestão.

Na realidade de Teresina, a vigilância socioassistencial também utiliza-se dos dados produzidos pela Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina (SEMPPLAN), que favorecem a produção de informações relativas à realidade local.

Enfim, a sistemática de trabalho da vigilância socioassistencial tem um papel importante na gestão e execução da política de Assistência Social de Teresina, na medida em que contribui para a análise da realidade territorial e da oferta de serviços, favorecendo assim, a tomada de decisões do órgão gestor, o exercício do controle social pelo Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a operacionalização das ações no âmbito dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência recente da gestão pública compartilhada e integrada da Assistência Social nos remete à análise das estratégias utilizadas pela vigilância socioassistencial e de que forma estas contribuem para a gestão e a operacionalização dos serviços ofertados.

Nesse sentido, é importante que não somente a gestão, mas os trabalhadores e os órgãos integrantes da rede direta e conveniada tenham acesso às informações produzidas pelo sistema de vigilância socioassistencial, visando favorecer a tomada de decisão. De modo que é significativo fortalecer e valorizar os fluxos de informações, tomando com parâmetros os estudos produzidos, visando a promoção sistemática do monitoramento e da avaliação das ações desenvolvidas.

Dessa forma, a articulação entre o órgão gestor municipal e a vigilância socioassistencial podem contribuir no processo decisório, favorecendo a participação social nos conselhos municipais e a tomada de decisões na gestão na política.

Enfim, a implementação do sistema de vigilância socioassistencial na realidade ora examinada vem contribuindo para um reordenamento e ressignificação no tratamento das informações e indicadores da política de Assistência Social, favorecendo o desenvolvimento de estudos que contribuem para o fortalecimento da gestão democrática da política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 561-598.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é Participação**. São Paulo: brasiliense, 2004.
BOSCHETTI, Ivanete. A Participação e o Controle Social democrático: Caminhos para a Garantia dos Direitos Sociais. In **Diálogo Público**. O TCU em Conversa com o Cidadão. Tribunal de Contas da União. Instituto Serzedello Corrêa, 2001.

BRASIL. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. CapacitaSUAS Caderno 3. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, Brasília, DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Manual de Instruções para Utilização do Prontuário SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2017.

CAMPOS, Edval B.; MACIEL, Carlos A. B. Conselhos paritários: o enigma da participação e da construção democrática. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55. p. 143-155, 1997.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. Ipea/Iplan. **Para a década de 90. Prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, Ipea/Iplan, 1989.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do sistema único de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território de sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v.16, n. 1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

MARTINELLI, Tiago; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Rittados. **Vigilânciasocioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade**. *Rev. katálysis* [online]. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p.96-122, Especial, 2006.

TERESINA. Prefeitura Municipal. **Regimento Interno**. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS. Teresina-PI, SEMTCAS: Teresina, 2007.